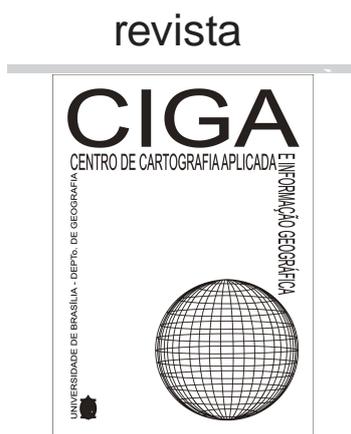


Artigo

A RETOMADA DO USO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO DISCURSO EUROPEU E DO BRASIL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO - UMA INTRODUÇÃO

Alessandro Aveni
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

p. 71-94



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.2, N.1 (2011), 71:94 ISSN:
2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v2i1.15421>

Como citar este artigo:

AVENI, A. A Retomada do Uso do Espaço Geográfico no Discurso Europeu e do Brasil no Planejamento Estratégico do Território - Uma Introdução.
Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.2, n.1 (2011), p. 71:94
ISSN: 2177-4366. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v2i1.15421>

Disponível em:

<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/54/42>

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A RETOMADA DO USO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO DISCURSO EUROPEU E DO BRASIL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO - UMA INTRODUÇÃO

Alessandro Aveni

Economista, Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia na
Universidade de Brasília – PPGGEA – UnB E-mail: alessandro@unb.br

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, Doutor em Informações Espaciais (POLIUSP-BR/IRD-FR), Pós-Doutoramento em
Cartografia Étnica (MRAC-BE). Prof. Associado do Depto. de Geografia da UnB. E-mail:
cartografia@unb.br

**O ESPAÇAMENTO DAS LINHAS NOS RESUMOS É DE QUANTO? ESTAVA MAIS LARGO E COLOQUEI
O MENOR. VERIFIQUE LEANDRO!**

RESUMO: O planejamento Europeu do território, na mudança de paradigmas, devidos ao desenvolvimento histórico da sociedade e das instituições, está desenvolvendo uma nova interpretação retórica, um novo discurso e um novo uso do conceito do espaço. No presente trabalho se apresenta uma explicação e uma contextualização desse tema em três partes. A primeira fala do conceito do espaço e sua importância na Geografia. A segunda explica como na Europa está reativado este conceito á luz da história do planejamento territorial dos últimos anos. Uma terceira parte conclusiva coloca as possibilidades futuras em assumir este novo discurso na discussão metodológica na geografia e no conceito de planejamento no Brasil.

Palavras chaves: espaço, planejamento (estratégico) espacial, planejamento do território.

ABSTRACT: European land planning, due to paradigm, institutions and social changes, is translating its rhetoric meaning with the basis of new speeches and spatial definitions uses. In this paper an explication and context of this theme is shown in three parts. The first explain the space definition and its relevance in geography. The second explain how, en Europe was reactivated the spatial meaning by the light of land planning history. A third part ending the paper explaining the issues and futures opportunities to incorporate this rhetoric in the methodological discussion about planning in Brazil.

Key words: space, spatial strategic planning, land planning.

INTRODUÇÃO

O planejamento europeu do território, na mudança de paradigmas, devidos ao desenvolvimento histórico da sociedade e das instituições, está se processando uma nova interpretação retórica, um novo discurso e um novo uso do conceito do espaço.

O fenômeno histórico e social de novas interpretações do espaço, não é uma novidade. Nesse sentido ainda hoje se usam e existem, por exemplo, palavras que identificam o território, mas não representam as unidades administrativas atuais como “country” na Inglaterra (importante na idade média), “paróquia” na Itália (divisão administrativa de origem religiosa) e de regiões históricas como a “Liguadoca” Francês.

Se afirma atualmente na Europa, o conceito de planejamento (estratégico) espacial que assume características também de planejamento colaborativo ou de diálogo, que não deve se confundir com o orçamento participativo ou praticas parecidas, que mostram a necessidade de uma abertura à consulta pública. Há, no presente ensaio uma tentativa de descrever a importância do conceito de espaço nesse “novo” discurso de planejamento (estratégico) espacial que vem surgir na Europa depois os anos 80 do século passado e no conceito Brasileiro atual.

Tenta-se, aqui, uma explicação e uma contextualização desse tema em três partes. A primeira fala do conceito do espaço e sua importância na Geografia. A segunda explica como na Europa está reativado este conceito à luz da história do planejamento territorial regional. Uma terceira parte conclusiva coloca as possibilidades futuras em assumir este novo discurso na discussão metodológica na geografia no Brasil.

1. ESPAÇO GEOGRÁFICO, TERITÓRIO E REGIÃO E PLANEJAMENTO – ALGUMAS REFERÊNCIAS.

Espaço geográfico (EG), território, paisagem, lugar e ambiente são os conceitos geográficos que mais podem ser trabalhados acima do tema de planejamento espacial na busca de esclarecer o relacionamento do ser humano e seu redor (em geral no meio em que ele vive), preocupação que acompanha a área do conhecimento geográfico desde seu início. A seguir algumas referências desses conceitos geográficos.

1.1 O Espaço Geográfico.

O conceito de espaço não é unívoco na teoria geográfica. A geografia clássica, entre 1870 e 1950, apresentava seu foco mais em Região, Território e Paisagem que no Espaço. Este, porém, segundo Corrêa ¹ (2001), está presente nos discursos dos autores principais como Ratzel e Hartshorne. É um lócus de uma combinação única que, por Ratzel, transforma-se por meio da

¹ Corrêa Roberto Lobato et Ali. Geografia conceitos e temas. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001 pág. 17

política em território, enquanto em Hartshorne é uma totalidade independente de qualquer coisa. Só nos anos 50, com o ingresso de determinações geográficas quantitativas, o espaço tornou-se um conceito chave da Geografia. Uma representação comum do espaço nesse período é a matricial. (CORRÊA 2001 et ali.).

O espaço é relativo, como mostra Harvey (1969), entre outros, e define relações quantitativas entre objetos que implicam custos econômicos que derivam da distância. Nesse sentido os funcionalistas haviam mostrado já antes dos anos 50 do século passado, teorias com base na distância como fator mudança de uma planície homogênea para determinar os custos econômicos. Para autores dessa vertente, o espaço é também relativo, mas só por meio da distância J. Heinrich Von Thünen² colocou isso para o uso que pode ser mostrado em anéis concêntricos. Walter Christaller colocou a densidade em lugares centrais. Alfred Weber colocou isso para distância entre mercados ou lugares de produção e consumo Hagget e Chorley sucessivamente ampliaram estes conceitos incluindo as redes nesses modelos.

Os geógrafos construíram muitos modelos que podem fornecer indicações relevantes, mas que não conseguiram ser utilizados como normativos na teoria (CORRÊA et. ali. 2001). A seguir uma representação do espaço para funcionalistas: a estrutura do espaço de Christaller e sua visão do lugar central.

Mesmo se estas representações continuam sendo usadas na Geografia com enfoque quantitativo, na década de 1970, a Geografia Humana Francesa, com base nos estudos de Vidal de La Blanche, ressaltou mais a subjetividade, intuição, experiência, no simbolismo, na contingência, privilegiando o particular. Para Geografia Humana, o espaço é o “lugar” e as relações “entre lugares”.

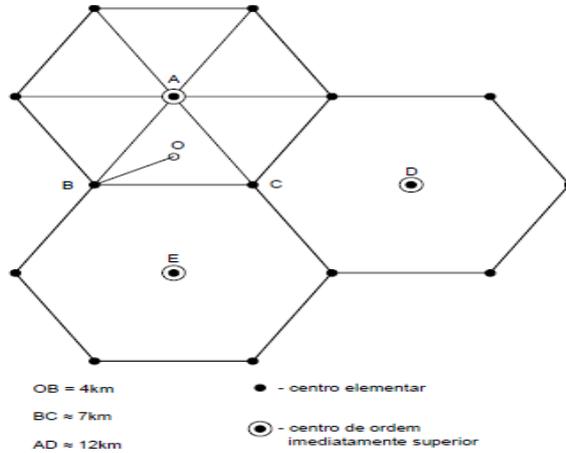
No mesmo tempo a Geografia Crítica colocava o conceito de espaço resultado da ação social e, em particular, do conflito capital-trabalho. Lefèvre (CORRÊA apud LEFÈVRE 1976), no mesmo período avisava que o espaço não deve ser visto como absoluto como produto físico nem como único produto da sociedade; não é nem ponto de partida nem de chegada. Durante esse período, no

² Entre os grandes autores clássicos cita-se: Walter Christaller (April 21st 1893 – March 9th 1969), Johann Heinrich von Thünen (Canarienhäuser, hoje Wangerland, Baixa Saxônia, 24 de junho de 1783 - Tellow, Mecklemburgo, 22 de setembro de 1850), Alfred Weber (nascido a 30 de Julho de 1868 em Erfurt - falecido a 2 de Maio de 1958 em Heidelberg), François Perroux (19 de dezembro de 1903, Saint - Romain-en-Gal - 2 de junho de 1987) August Lösch (nascido 15. Outubro 1906 Öhringen; † 30. Maio 1945 Ratzeburg) .

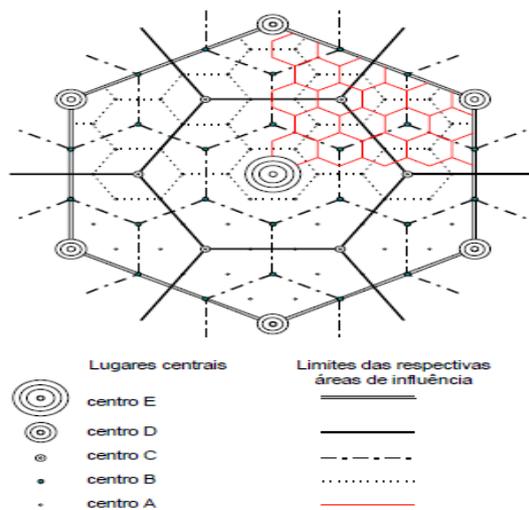
Brasil, Milton Santos no seu “diálogo” com Lefèvre, afirmava que o espaço deve ser analisado a partir das categorias: estrutura, processo, função e forma que devem ser usadas em suas relações dialéticas. Santos (1997) afirmou que tais conceitos tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Santos (1997) coloca que o espaço é uma instância da sociedade como a instância econômica. Em sua definição de instância, ele contém e é contido nas demais instâncias. Assim a essência do espaço é social (e política). Temos paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos na sua continuidade visível (a paisagem); por outro lado, o que dá vida a esses objetos (seu princípio ativo), ou seja, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. (SANTOS 1997).

Figura 1 – Representações espaciais dos Sistemas dos Lugares Centrais de Cristaller (1961)

A hierarquia urbana segundo Christaller



Os lugares centrais e respectivas áreas de influência segundo Christaller



Fonte: Ramos R.A.R., Localização Industrial. Um modelo espacial para o Noroeste do Portugal. Tese de Doutorado. Universidade de Minho. Escola de Engenharia. Braga – Portugal 2000.

Esses processos resolvidos em funções realizam-se através de formas. Estas são inicialmente geográficas e depois assumem uma expressão territorial. Como as formas geográficas, contêm frações do social, que não são apenas formas, mas formas-conteúdo, pois elas mudam na medida em que o movimento social lhes atribui frações do todo social. A ação que é inerente à função é condicionante com a forma que a contém: assim os processos apenas ganham inteira significação

quando corporificados. Entretanto para Santos (1997) o espaço é uma categoria síntese, que contém a sociedade em movimento, ou seja, uma categoria analítica da totalidade.

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, é um sujeito-objeto de uma interpretação do espaço, assim não é necessário, dividir o espaço da sociedade por serem necessárias regras de construção e transformação independentes.

Ao dizer de Surtegaray (2001), que sintetizou todas estas contribuições, o conceito o espaço geográfico é "uno e múltiplo", é o conceito mais abrangente, uma totalidade, cujo sentido é um dos mais abstratos entre os da Geografia. Os conceitos geográficos e ainda mais o espaço expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas. (SURTEGARY 2001).

A discussão atual sobre espaço, entretanto, é usada no contexto do pensamento geográfico e faz-se com uma desconstrução e uma reconstituição do pensamento e da análise que tenta definir princípios que superam a dualidade sociedade-espaço, que era presente tanto na geografia crítica como na funcionalista. O espaço é físico e social e temporal ao mesmo tempo.

1.2 O Território.

Território é o conceito de espaço usado normalmente no processo de Planejamento. O Território é a parte do espaço que pode ser alcançada e onde o Estado tem um efetivo controle; é também o nome político para o espaço de um país (SANTOS e SILVEIRA 2010)³

O planejamento do território é uma construção do espaço com base o poder perante as leis que definem o processo, o objeto e as modalidades dele. O território é um conceito intuitivo por nossa formação cultural ligada a um conceito de propriedade e de uso da força para garanti-la. É um conceito que deriva da cultura.

Depois a segunda guerra e demais depois a queda do poder do partido comunista na Rússia, por efeito do aumento global da circulação de bens, mercadorias e informações, não mais retidas entre nações por medo dos "inimigos", o conceito de território com foco espaço físico e de posse vem mostrando uma fraqueza fundamental em interpretar relações, também de poder, entre agentes supranacionais como grandes corporações e agentes financeiros, grupos políticos, redes sociais etc.

³ Fridman e Weaver Territory and function: the evolution of regional planning 1979, Harvey D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005 (2001). Claval, Paul . (1996) *Géopolitique et géostratégie: Le pouvoir politique, l'espace et le territoire au XXè siècle*. Paris: Nathan.

Figura 2 – Diferentes Representações do Espaço Geográfico.



Fonte: Atlante Satellitare De Agostini 2000. Novara- Itália

O conceito de região é mais comum na prática e na teoria geográfica em lugar de território. O território é um conceito mais usado em geopolítica

1.3 A Região.

A região é a parte do Território que pode ser caracterizada por algum traço fundamental e que é alvo de planejamento hoje em dia para o Estado. Contudo uma Região pode existir entre, mas também além, do Estado e do seu território. Regionalizar era uma maneira de dividir todo EG com olhar também político ou geopolítico, ou seja, em áreas de controle hegemônico do território. Santos (2001) porém, fala de “quatro Brasis”⁴ ou quatro Regiões, no conceito de região da geografia crítica que diferenciava o território na divisão do trabalho. Assim, a divisão física é substituída para uma divisão espaço-sociedade com base o poder e o conflito capital-trabalho.

Vidal De La Blanche tratou a moderna visão Regional Geográfica Humana, colocando que a sociedade dentro de uma Região desenvolve sua específica relação. Então, por ele, a Região assume uma característica explicativa entre comunidades, grupos sociais e poder central, ou seja, uma característica de dominância e gestão de um território e ao final um território com características comuns políticas sociais e econômicas. Mas também este conceito, superando o de território e de nação, vem mostrando limites em mostrar relações de escala entre novos sujeitos sociais e exigências. Na União Européia região é usada como novo conceito hierárquico em definir uma escala no planejamento que integra também o conceito de sustentabilidade.

A visão Regional na União Européia é clara na fala de Danuta Hübner⁵, Comissária da União Européia para política regional. Ela coloca que a política de coesão (ou integração do território da UE) poderia ser representada como o eixo condutor de um sistema de controle em vários níveis, em que os governos supranacionais, nacionais, regionais e locais dedicam-se a construir elos entre políticas e territórios.

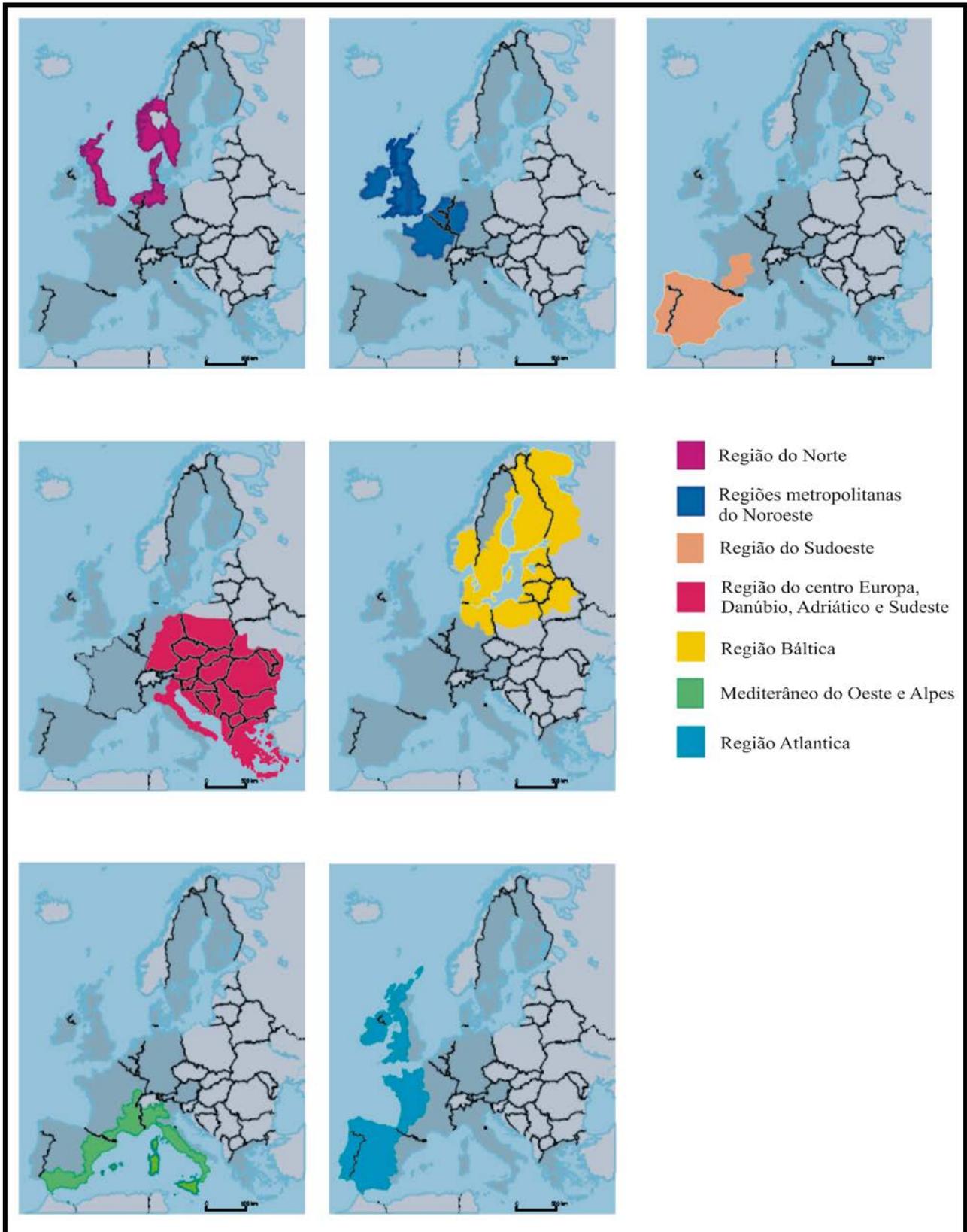
Esta ação política tem como princípios: parceria, transparência, subsidiário, democracia local e abordagem integrada ao desenvolvimento. Eles dão poder às populações locais e ajudam as estratégias de crescimento ao empregar recursos locais de forma mais eficiente e efetiva; reforçam a

⁴ Citado (2010) pág. 268

⁵ Transcrita no Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional Publicação quadrimestral do Ministério da Integração Nacional n. 5 setembro/dezembro 2007

cooperação entre o setor público e o privado, sob a forma de parcerias público-privadas, por exemplo. Assim se coloca o conceito de região como uma nova fronteira, uma divisão do governo do território entre os conceitos de União/Supranacional, Nação/Estados e governo local, colocando-a entre os níveis de governo e não só como expressão geográfica de planejamento territorial.

Figura 3 – Representações das Distintas Regiões na Europa



Fonte: ESDP, European Spatial Development Perspective Towards Balanced and Sustainable. European Communities, 1999. Adaptação: Alessandro Aveni.

2. GOVERNO DO ESPAÇO E PLANEJAMENTO (ESTRATÉGICO) ESPACIAL NA EUROPA

Vários autores (DE MASI 2003, CASTELLS 2009, HARVEY 1994, BELL 1973, TOFLER 1973, TOURAINE 1969) discutem ser a atual sociedade uma sociedade “pós-industrial”. Eles sustentam assim novos modelos interpretativos da realidade atual (que está sempre mudando), dos atores que a constituem e seus relacionamentos. A gestão do território constitui um poderoso meio para, através da organização do espaço, viabilizar a existência e a reprodução do conjunto da sociedade. A gestão do território, por outro lado, possui "uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais distintas, historicamente variáveis" (CORRÊA, 1992, p. 115).

O Planejamento é uma forma de governar o território, uma ação de atores sintagmáticos, uma forma de poder, que se desenvolve e concretiza com um conjunto de conceitos, processos e ferramentas⁶. Nesse as pessoas constituem a parte mais crítica⁷.

Cabe ao executivo governar e planejar o território como agente da Sociedade. No PdT o executivo, também chamado de governo, e a sociedade deveriam ter uma unidade de metas e objetivos. Pode se dizer concordando com Raffestin (1981) que, o ator “territorializa” o espaço.⁸

Desde os anos 80, na Europa, foi discutido o papel do estado e do executivo em planejar o território em relação a atual sociedade, não mais em relação a modelos liberais e sociais, que fazem parte de um aparelho interpretativo ainda ligado ao conflito capital-trabalho, mas o papel da atual sociedade pós-industrial na tomada de decisões no planejamento do futuro (HEALEY 1997).

Assim a preocupação com um futuro com uma visão que abrange a sociedade e o futuro se coloca fora de um processo puramente técnico e se encaixa melhor como problema social, de decisões estratégicas e de visão do futuro. (DE MASI 2003: 70).

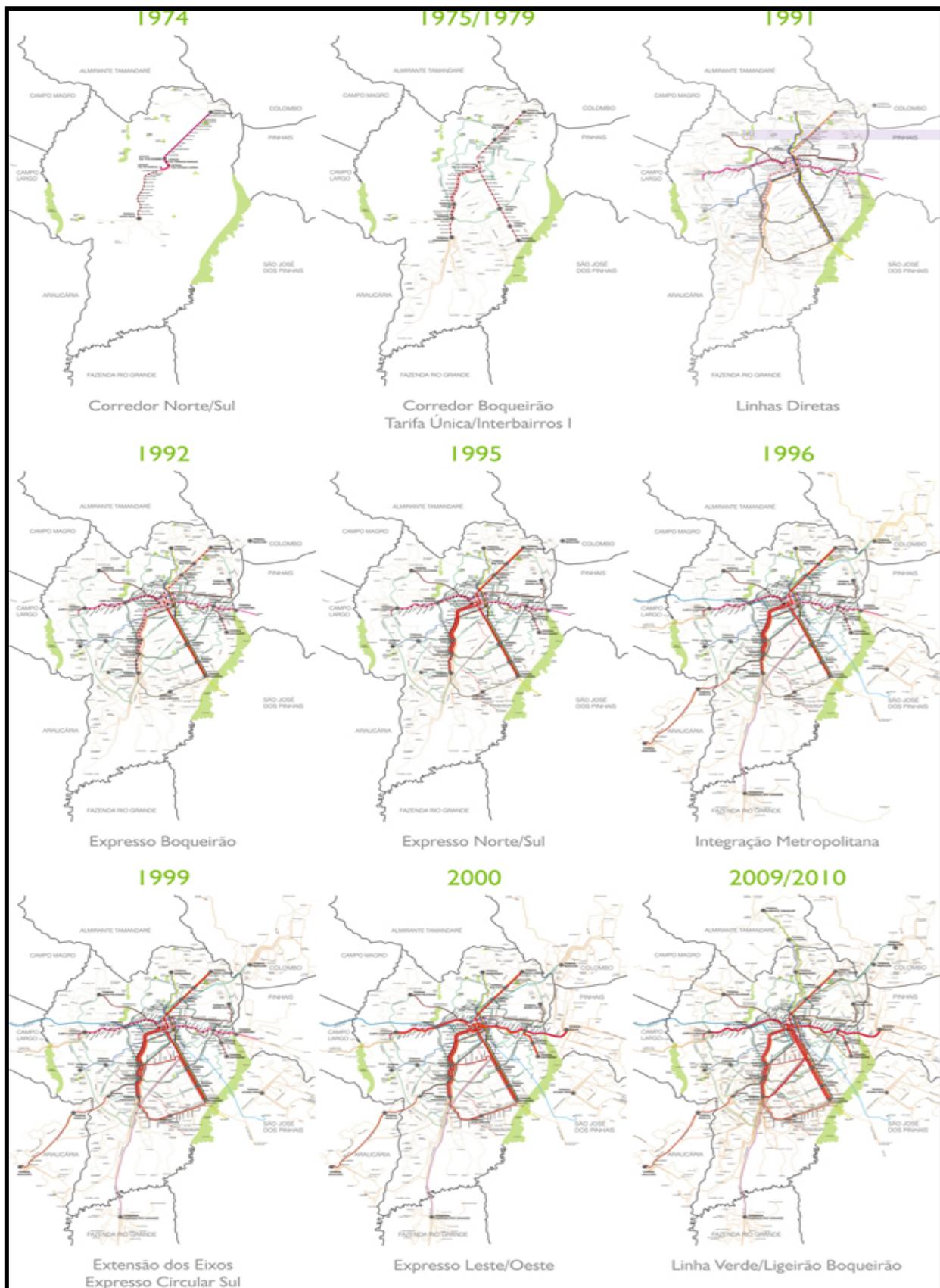
⁶ Albrechts L. (1999a) – «Planners as catalysts and initiators of change - the new structure plan for Flanders», *European Planning Studies* (4): 411-424. (1999b) «Planners and change. How do Flemish planners on the shop floor cope with change?», *Sociedade e Território* 29: 36-46. (2001) – «In pursuit of new approaches to strategic spatial planning. A European perspective», *International Planning Studies* (3): 293-310.

⁷ Van Den Broeck J. (1995) *Sustainable Strategic Planning: a way to localise Agenda 21*. In: *Proceedings of the Nakuru Consultative Workshop*. Nakuru, Kenya.

⁸ Raffestin C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. *Per una Geografia del Potere*, Unicopli Milano 1981.

O centro da discussão atual na Europa é na estratégia no conceito e na representação que antecipa a decisão. (DE MASI 2003: 72). Há alguma diferença entre o lugar da decisão e o lugar da ação. Esta característica leva ao problema que os fluxos de decisões, que são o reflexo dos poderes de decisão, são de fato extraterritoriais no sentido que não existe mais uma hierarquia definida entre lugares e governo do território (DE MASI 2003). O que aparece é que o fator dinâmico crítico da questão que liga espaço e governo (e assim ao planejamento) não é, hoje em dia, tanto a prevalência de questões de racionalidade ou o poder, mas a gestão da informação e da representação do território que serve como base para o governo do lugar.

Figura 4 – Evolução da RIT (Rede Integrada de Transportes) de Curitiba – Paraná - Brasil



Fonte: <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/rit/> . Acesso 24 março 2011

Com isso assume relevância o conceito e governo e planejamento em rede⁹ e da comunicação, inclusive o ponto central da infraestrutura em transportes e mobilidade espacial como nova forma de poder no território.

Um dos primeiros trabalhos, na Europa, sobre as críticas ao uso de um conceito de planejamento territorial foi na Holanda. Hajer e Zonneveld (2000) relatavam que a forma de planejamento descentralizada adotada na Holanda, que era apontada como exemplo, também tem suas negatividades fundamentalmente que se relata a mudanças sócio-ambientais desde a instituição desse modelo.¹⁰ Uma das críticas está no que é o problema da estratégia inicial do plano que virou ser sempre mais rígida em vez de se flexibilizar em relação a sociedade. Assim eles apontam na mudança dos conceitos espaciais desde 1965 e 1985 que estão na base da estrutura conceitual do processo, como uma das causas de crise do modelo. (HAJER E ZONNEVELD 2000:341). Para os autores uma atualização dos significados do discurso de planejamento, ou doutrina de planejamento era necessária. Atrás de uma nova interpretação do planejamento espacial há também o problema do planejamento inserido no contexto da sustentabilidade. O Planejamento do espaço deve estar comprometido com esta meta, que é uma interpretação do futuro da sociedade pós-industrial¹¹.

Sustentabilidade e planejamento são complementares no sentido que a sustentabilidade é uma estratégia de planejamento espacial. A sustentabilidade, porém precisa de um fortalecimento do planejamento, assim é fundamental para os planejadores definir as dinâmicas e os efeitos dos recursos comuns a respeito um processo participativo e em rede, e definir o que é controle e zoneamento local. (JEPSON 2001). Para fazer isso é necessária uma base conceitual e estratégias claras. O processo de Planejamento do território não inclui necessariamente discursos de sustentabilidade e de governo em redes, assim, para incorporar esta discussão se fala do planejamento Europeu como de planejamento espacial (PE). O Planejamento do espaço deve estar

⁹ Commission on Public Private Partnerships, Building Better Partnerships: The Final Report of the Commission on Public Private Partnerships, The Institute for Public Policy Research, London, United Kingdom, 2001, p.70 e European Commission, "The Commission and Non-Governmental Organizations: Building a Better Partnership," Discussion Paper presented by President Romano Prodi, available at http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgc/ong/docs/communication_en.pdf.

¹⁰ O Spatial Planning Act (SPA) data o ano 1965. A seguir a "national 'spatial planning key decision' (PKB:planologische kernbeslissing) e "National Spatial Planning Commission (RPC: Rijkspanologische Commissie), conhecidos como PKB-procedure foram integrados ao SPA em 1985. Com isso se criava a possibilidade de participação pública e envolvimento do parlamento. Veja Faludi & Van der Valk, 1994, pp. 147-151.

¹¹ Segundo o Relatório Brundtland del 1987 (o sub-título era Nosso futuro comum), o uso sustentável dos recursos naturais deve "suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas". Se fala de sustentabilidade no planejamento em tratar no mesmo tempo as variáveis econômicas, sociais e ambientais.

comprometido com a sustentabilidade, que é uma nova interpretação do futuro da sociedade pós-industrial.

A dimensão espacial, territorial, regional e o governo, na sua gestão e no planejamento, com novas interpretações é mais perceptível nas aglomerações urbanas. Muora e Firkowski (2007) ressaltam a necessidade de reconstruir escalas interpretativas e estratégias de desenvolvimento por que se nota a ausência de formas adequadas de organização da estrutura territorial e social.

Um processo de planejamento policêntrico, um PE que inclui fluxos e rede de decisão e planejamento chamado de “colaborative planning” foi teorizado e experimentado para Healey (1997). Healey (1997) se expressa assim sobre o Planejamento do território:

“.. the dilemma faced by all those committed to planning as a democratic enterprise aimed at promoting social justice and environmental sustainability. The dilemma is that the technical and administrative machineries advocated and created to pursue these goals are based on a narrow and dominatory scientific rationalism. These machineries have further compromised the development of a democratic attitude and have failed to deliver the goals promoted.” (HEALEY 1997:233) (...o dilema encara todos os que são comprometidos com o planejamento como um processo democrático pra promover uma justiça social e um meio ambiente sustentável. O dilema está que os mecanismos técnicos e administrativos pretendidos e criados para alcançar estes objetivos são baseados em um racionalismo restrito e dominante. Estes mecanismos tive comprometido ainda o desenvolvimento de uma atitude democrática e tive fracassado to entregar os objetivos promovidos. Tradução Alessandro Aveni).

A crítica reflete também ¹² argumentos a favor e contra o planejamento que se encontram na literatura do planejamento das cidades na Inglaterra ¹³.

Healey (1997) trata o problema de um ponto de vista do paradigma “comunicacional”. Ela coloca que foi Habermas que concebe a razão e a ação comunicativa, ou seja, a comunicação livre,

¹²Arguments For and Against Planning Richard E. Klosterman Town Planning Review, 56, (1985): 5-20

¹³ Healey (1996) relata dez tendencias que segundo ela existem na teoria nos anos 90 são: planejamento como processo interativo e interpretativo; discussão entre diferentes individuos e comunidades; reconhecimento das diversidades dos “outros” e respeito dos “outros”; construção de “arenas democraticas” de discussão; transparência e aporte positivo de culturas e visões diferentes; uma capacidade critica; uma enfase na ética; referências flexíveis; negociação, desconstrução do discurso do planejamento; compartilhamento e acompanhamento do processo por todos os atores envolvidos.

racional e crítica, como alternativa à razão instrumental e superação da razão iluminista que encobre a dominação, mas foi mais Giddens que tratou da interação continuativa na construção de estrutura e o mundo da vida. Healey (1997) aproveitou desses dois autores para seu novo discurso sobre o planejamento.

Healey concebe, com o uso de uma metalangagem e uma crítica dinâmica, a possibilidade teórica de um planejamento em linha com as atuais exigências da sociedade pós-industrial. O planejamento vira uma ação comunicativa e dialética de governo e isso se casa com uma possibilidade de comunicação em rede, onde há múltiplos atores e diferentes movimentos sociais que se relacionam no mesmo e em diferentes lugares do território e fora dele.

A autora sustenta que o planejamento como técnica e processo de produção pode ser uma ferramenta usada localmente, mas para o planejamento estratégico deve se pensar a um processo de polarização social com ou sem liderança do governo. Por isso a proposta de planejamento na prática deve definir regras e limites que a permitem ser recursiva, mas também reflexiva e intersubjetiva, isso é de diálogo. (HEALEY 1997).

A mudança da interpretação do planejamento estratégico foi rápida na Europa (HEALEY ET AL. 1997; ALBRECHTS, HEALEY AND KUNZMANN 2003) e também as análises sobre as diferentes tradições como planejamento regional-econômico francês, a tradição federalista na Alemanha e Bélgica, a tradição municipal holandês e das nações do Norte e o urbanismo da Europa do sul. Um aprimoramento desse desenvolvimento é a incorporação de novas formas de planejamento em rede. Segundo Milward e Provan (2006) as redes na perspectiva do governo existem para resolver um específico objetivo que deve responder a um problema que está ocorrendo ou é futuro. Uma rede social comunitária e local é mais flexível e responde melhor aos problemas emergentes, mas há também redes colaborativas e parcerias com o Estado. Estas problemáticas se concentram em um repensar as relações entre planejamento e planejamento financeiro, repensar a hierarquia dos níveis de planejamento do território colocando a região como outro ator, repensar o papel da sociedade no processo de planejamento, não só com a participação.

A seguir se sintetiza em uma figura a diferença entre uma interpretação de planejamento de território e uma espacial.

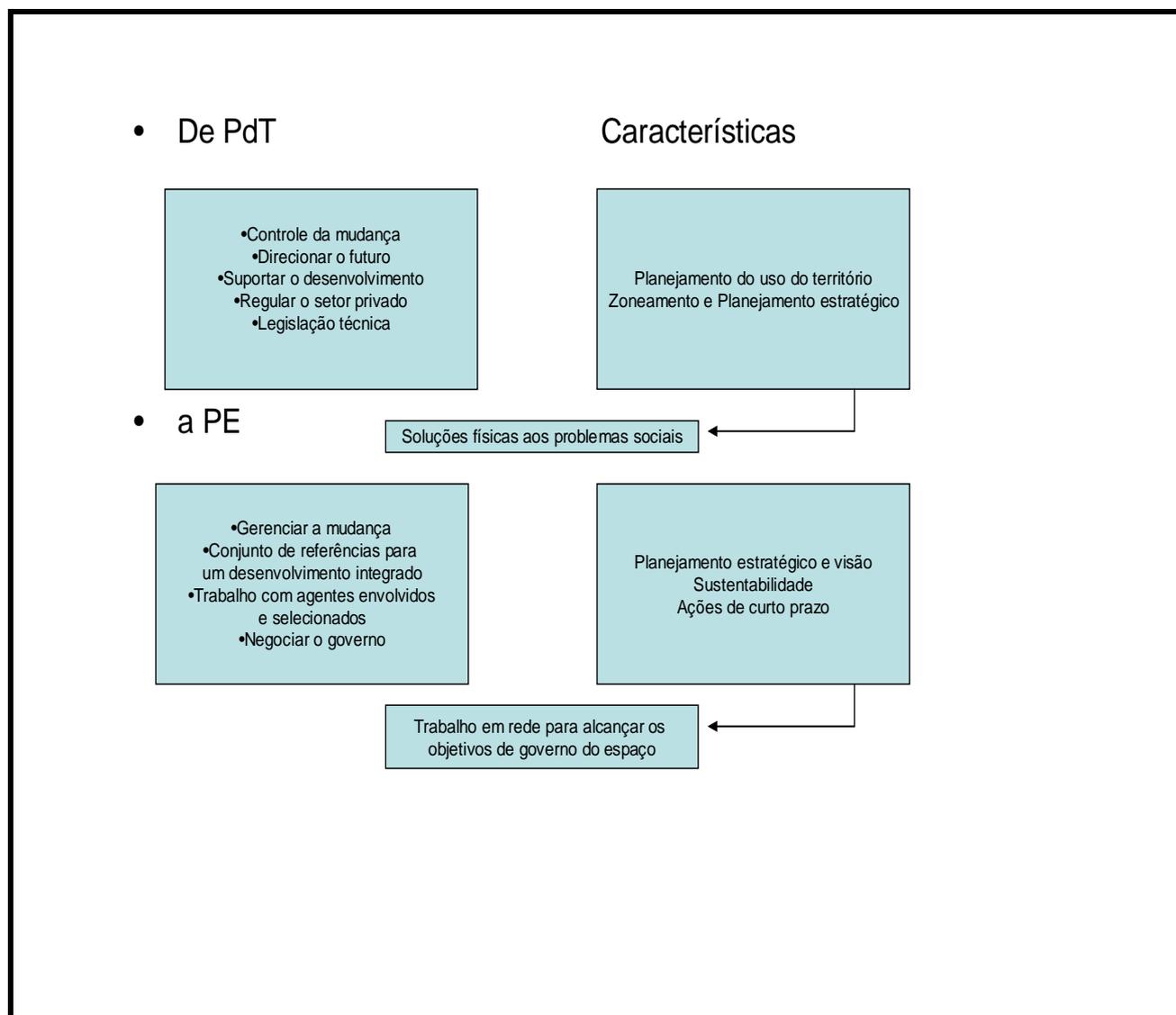
3. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES NA DISCUSSÃO METODOLÓGICA NO BRASIL

Vários geógrafos Brasileiros já mostraram a necessidade de uma discussão metodológica a respeito da representação da realidade frente às modificações da realidade social, além de Milton

Santos. Sposito (1986), entre os demais, resume magistralmente o que é o atual dilema metodológico para geógrafos. De qualquer olhar teórico, a realidade, apresenta fenômenos que se desenvolvem sempre mais rápidos, locais e globais, e que devem ser acompanhados da uma análise metodológica também rápida na interpretação dos novos paradigmas para poder representá-los.

Bertha K. Becker em *A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável* observa que a partir da Segunda Guerra Mundial a ciência e a tecnologia passaram a constituir o fundamento do poder valorizando o espaço a partir de suas diferenças.

Figura 5 - Diferencia entre Planejamento do Território e Planejamento Espacial.



Fonte: Albrechts (2004) adaptado por Alessandro Aveni

Este processo, representado pelas redes transnacionais de circulação e comunicação, permite tanto a globalização quanto a diferenciação espacial, induzidas tanto pela lógica da acumulação como pela lógica cultural. (BECKER 1995:287). É uma maneira de complementar o conceito de acumulação flexível de Harvey ligado ainda à representação da realidade como reprodução de relações de produção.

A representação social do governo do território que se coloca no planejamento no Brasil pode mudar de interpretação à luz dos experimentos e debates que acontecem na Europa. Mas o relacionamento entre espaço e sociedade é complexo. O espaço é social, um e múltiplo na sua definição relativa, assim temos diferentes interpretações do conceito do espaço a respeito se ele for considerado como uma totalidade ou em relação a outros conceitos.

No Brasil a discussão política sobre planejamento do território é ainda pouco desenvolvida sobre os aspectos metodológicos e o uso dos conceitos geográficos. Aqui coexistem realidades sócias muito diferentes de tipo arcaico (por exemplo, reservas indígenas), mas também pós-industriais, (por exemplo, São Paulo) por isso é uma área geográfica muito interessante para desenvolvimento de novas metodologias, sendo mais heterogênea e desigual a respeito da Europa. Um fator da diferença Brasileira com a Europa nessa discussão é sem dúvida a “path dependence”, ou seja, o rumo que foi impresso na legislação a respeito o governo do território e o processo de planejamento que é difícil de modificar em curto prazo. Uma dificuldade para entender este rumo é devido às particularidades da história política do Brasil e outro a dificuldade de planejar um território continental. Isso faz que ainda exista forte o conceito de Planejamento do território e não de planejamento espacial.

A maior dificuldade no país reside no contexto político que envolve a atividade de planejamento. Tornar previamente público os objetivos de uma política, plano ou programa não é um procedimento usual daqueles que são responsáveis pela elaboração desses documentos. Usualmente as políticas e os planos são mantidos em caráter restrito, de forma a evitar reações adversas ou devido à natureza sensível de alguns deles (planos econômicos são bons exemplos de uma área sensível). A sociedade brasileira está mudando em um ritmo tanto rápido, pouco percebido no mundo. A velocidade do crescimento urbano e da necessidade de uso do território é tanto rápida que uma máquina burocrática, mesmo a mais perfeita no mundo, não consegue acompanhá-lo. As cidades crescem e novos grupos sociais (raça, gênero, idade, sexo etc.) Reclamam espaço físico e social. Assim a ação de planejamento com estas notas interpretativas pode ser

pensada menos na ótica de fazer acontecer e mais da ótica de imaginar o futuro em relação aos recursos. O que deve ser discutida é uma visão do futuro da sociedade brasileira que está mudando.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHTS L., HEALEY P. and KUNZMANN K. (2003) Strategic Spatial Planning and Regional Governance in Europe in *Journal of the American Planning Association*, vol. 69 (2)

ALBRECHTS L. Strategic (spatial) planning reexamined *Environment and Planning Environment and Planning B: Planning and Design* 31(5) 743 – 758. 2004

BECKER B., K. Amazônia. Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172 p.

CORRÊA R. L. et Ali., Geografia conceitos e temas. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001
Janeiro. Bertrand 2001.

CASTELLS M., A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1, 12ª reimpressão São Paulo Paz e Terra, 2009.

DE MASI D. (org.) A sociedade pós-industrial. 4a ed. São Paulo Senac. 2003.

FARTHING S. (2008) National planning systems and city region planning in England and France. In: Atkinson, Rob and Rossignolo, Cristiana, (eds.) *The Re-Creation of the European City*. Techné Press, Amsterdam, pp. 177-198

EGLER P.G Perspectivas de uso no Brasil do processo de Avaliação Ambiental Estratégica Educação e Meio Ambiente 2001. Disponível em: <[http:// www.mct.gov.br/CEE/revista/rev11.htm](http://www.mct.gov.br/CEE/revista/rev11.htm)
Acesso em 14/07/2011

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994

HARVEY, D. Explanation in Geography, London: Edward Arnold, 1969

HEALEY P. "Rational method" as a mode of policy formation and implementation in land-use policy. Environment and Planning B; Planning and design 10, pp 19-39, 1983.

HEALEY P. Planning through Debate: The Communicative Turn in Planning Theory The Town Planning Review Vol. 63, No. 2 (Apr., 1992), pp. 143-162 1992.

HEALEY P.; KHAKEE A et alli (Eds.) Making strategic special plans: innovations in Europe. London, University College London. 1997.

HEALEY P. Collaborative planning in perspective in Planning Theory SAGE Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi) 2003 Vol. 2(2): 101-123

LA BLACHE, Vidal de. Príncipes de Geographie Humaine. Paris: Librairie Armand Collin, 1922.

MAARTEN HAJER and WIL ZONNEVELD Spatial Planning in the Network Society— Rethinking the Principles of Planning in the Netherlands European Planning Studies, Vol. 8, No. 3, 2000

MOURA, R. y de FIRKOWSKI, O. "La dimensión regional de las aglomeraciones urbanas brasileñas y los retos de gestión". Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 3, n° 3, Santa Fe, Argentina, UNL (pp. 121-144). 2007.

RAFFESTIN C., Per una Geografia de Potere, Unicopli Milano 1981

RAMOS R.A.R., Localização Industrial. Um modelo espacial para o Noroeste do Portugal. Tese de Doutorado. Universidade de Minho. Escola de Engenharia. Braga 2000.

SANTOS, M., A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M., Espaço e Método, São Paulo, Nobel 1997.

SANTOS M.;SILVEIRA M. L., O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI, Editora Record Ltda, 13a ed. Rio de Janeiro 2010.

SUERTEGARAY D. M. A. Espaço Geográfico Uno E Múltiplo Revista electrónica de geografía y ciencias sociales Universidad de Barcelona Nº 93, 15 de julio de 2001 TOFFLER A. The third wave Bantam Books 1980.

TOURAINÉ, A. La Société post-industrielle. Paris, Danoel. 1969.

JEPSON E. J. Jr. Sustainability and Planning: Diverse Concepts and Close Associations Journal of Planning Literature 2001 15: 499.